

# Ainda a habitação da população de baixa renda

Texto Dario Montesano



"Este não é um seminário de arquitetura, mas um seminário sobre problemas sociais ligados à habitação."

Foi essa a resposta recebida da interpelação feita a um professor do "Departamento de História" (?) da FAU/USP, num dos intervalos de um dos últimos seminários sobre habitação de população de baixa renda realizado na cidade de São Paulo. A interpelação prendia-se ao caráter inoportuno de sua interferência, antecipando a resposta a uma das perguntas feitas pela platéia e que era dirigida ao convidado especial, representante do Instituto de Arquitetos do Brasil. A pergunta penetrava no bojo da questão puramente arquitetônica. Diferente das demais perguntas e do clima em que transcorreram os debates, versava sobre a concepção de espaço das plantas nos projetos oficiais, assim como a sugestão da retomada dos concursos públicos de arquitetura, permitindo à classe dos arquitetos oferecer propostas, subsídio na ampla discussão que continuará a se desenvolver em torno da temática em questão.

## Um distanciamento

Nesse seminário destacaram-se exposições de diversas teses, enfocando preferencialmente aspectos econômico-financeiros, modalidades convencionais de participação dos futuros usuários na construção (mutirão, autoconstrução etc.), tecnologias e materiais. Apesar desse clima geral, ao que me constava, o seminário, pelos temas apresentados nos diversos painéis, não circunscrevia tratamento exclusivista nas diversas exposições. Os painéis expostos evidenciavam por eles mesmos a natureza e o limite do espaço de abordagem, devendo necessariamente incluir o tratamento arquitetônico.

O episódio acabou tendo para mim certa importância, menos pela postura sectária do referido professor e mais por revelar um fato indicativo, mais um ingrediente que veio se acrescentar a outros no tempo de uma certa inquietação presente já há certo tempo: o distanciamento significativo, a afastamento da classe dos arquitetos, enquanto visão e prática de projeto, dos grandes problemas sociais em geral e do problema da habitação das populações carentes em particular. Reconheça-se, verdade seja dita, o empenho da classe nas discussões dos grandes problemas nacionais em geral e daqueles específicos ligados à profissão, à cidade, ao ambiente e às necessidades imediatas da população, como educação, saúde etc. Todavia, em fa-

ce da rareação dos projetos, balizas básicas norteadoras de sua forma de pensar, seus sistemas de referências parecem se deslocar menos na direção de área específica, abrigo de novas propostas, de novos instrumentos alicerçadores de seu código de base, e mais na direção de um novo estatuto identificador, aproximando mais o arquiteto do engenheiro, sociólogo, economista, do geógrafo e do político.

Nessa trajetória, seus diversos tipos de discurso tornam-se cada vez mais reconhecidos, respaldados cada vez mais na aceitação de modelos consagrados, formas de representação substitutivas e conciliadoras, mesmo quando se apresentam com denodada agressividade. Várias foram as ocasiões de sacrifício da procura, da pesquisa de novas possibilidades, embriões de novos modelos válidos como antecipação e acolhida de novas perspectivas. A riqueza e a criatividade de despertadas ensejariam um melhor sentido de participação e/ou engajamento profissional. O discurso estético cedeu lugar ao discurso ético e/ou ideológico.

Estruturalmente vinculadas, em reação e oposição a esses posicionamentos, encontram-se outras formas de comportamento do arquiteto. Reivindicam nas suas diversas manifestações, implicitamente, a preservação dos valores constitutivos do acervo de suas realizações. Esse sentido de conservação depreende-se do caráter de incolumidade com que seu território ostenta, menos pela inconsistência exposta de suas realizações, que, não obstante, são sempre de boa qualidade, e mais pela presença de um dado novo, passível de ser uma presença perturbadora no contexto bem estruturado de suas formas de expressão. Poderíamos dizer, num matiz bastante diversificado, existem aqueles que em suas produções, via de regra, opõem-se, não declaradamente, contra a presença de "agentes estranhos", virtuais problemas com que, algum dia, o arquiteto deverá se defrontar. Todavia ainda se trata de situações evocativas de problemas do tipo "soluções específicas do Terceiro Mundo", "habitação regional" ou "habitação vernácula", segundo terminologia de A. Rapoport.

Existem aqueles que apregoam uma postura estética clara, firme, assumindo nos seus projetos o futuro que antecipam, a utopia, como condição *sine qua non* da razão de ser do projeto arquitetônico, ainda que suas realizações dependam de condições adequadas, basicamente econômicas, quer sejam particulares ou pú-

blicas. Outros, transformando em álibis as críticas feitas a possíveis projetos sociais em vigência ou em processo de implantação, elitizam suas posições, referendo e resguardo de suas excelentes conquistas estéticas. Outros tantos, decididamente preocupados com as graves distorções e injustiças que vicejam em seu redor, apregoam a necessidade de se encontrarem soluções aos problemas que afetam a maioria da população. Proclamam ser a arquitetura arte social, mas se poderá florescer quando o país retomar seu progresso e se fizer rico.

Haveria outras classificações, outras formas de atividade e comportamento do arquiteto, reveladoras da riqueza com que se descortina o panorama profissional. Todavia, não cabem no escopo deste artigo pois o que nos interessa é o projeto e a realização da obra arquitetônica, os edifícios, mais especificamente, a relação entre a obra arquitetônica e os grandes problemas sociais como a "habitação das populações carentes".

Tanto na primeira como na segunda classificação, por um lado, o afastamento progressivo do núcleo da idéia de projeto naquilo que ele possa ter como contribuição (aceitação de modelos de projetos prontos, sem crítica ou com pouco empenhada crítica, projetos que irão se repetir numa sucessão fria e monótona) e, por outro, as posturas de um elitismo cultural e/ou econômico (na maioria dos casos, essas posturas, quais quer que sejam, por mais corretas que sejam, estão voltadas de costas para os grandes problemas das populações carentes) deixam no meio um fosso muito grande, lugar para uma terceira classificação, ainda incipiente, com pouquíssimas realizações de verdadeiros projetos arquitetônicos voltados, significativamente, para o interesse social. Para nós, é sintoma de crise.

Sendo efeito de uma crise geral advinda da conjuntura político-institucional das últimas duas décadas, essas polarizações passam a atuar como causas primárias do afastamento do arquiteto no desenvolvimento e encaminhamento de virtuais soluções - hoje monopolizadas por enfoques de feição tecnocrática - problemas que diriam mais de perto às suas possibilidades de intervenção.

Menos pela falta de aval da sociedade como um todo, trazendo como conseqüência a possibilidade de formação de um ciclo vicioso de esvaziamento, e mais pela perspectiva de abertura que o futuro próximo parece conter, faz-se necessária a retomada das discussões daquilo que nos afeta, isto é, nosso pensar e fazer técnico-artístico enquanto espaço construído, nosso território. Conseqüentemente, discussões sobre a crise da arquitetura, crise do arquiteto, crise da profissão.

Do reconhecimento da crise deverá depreender-se o reconhecimento da presença de novos problemas naquilo que há de necessidades tendências e expectativas. Não se trata evidentemente de opor uma situação nova de natureza diversa daquelas constitutivas do repertório das realizações historicamente consagradas ou daquelas em via de realização. Trata-se, antes de mais nada, de percebermos a ampliação potencial do nosso campo de atuação profissional com novas propostas e novos instrumentos adequados a essa realidade, numa dinâmica nova nas ponderações dos valores éticos e estéticos. Afirmaríamos, parodiando Celso Lafer,<sup>1</sup> que a preocupação com a habitação das populações de baixa renda deveria traduzir-se por um esforço contínuo de não ver essa questão como epifenômenos - como máscaras de "universais abstratos do tipo capitalismo, comunismo, subdesenvolvimento etc. Daí a constante garimpagem orientada pela crítica e pela percepção da crise e aberta para a dimensão do concreto que caracteriza a práxis humana.

## Uma reciclagem

A pesquisa que Philippe Boudon fez na Vila de Pessac,<sup>2</sup> projeto de Le Corbusier - *Quartiers Modernes Frugés* -, perseguindo um estudo ecológico do habitat, reunindo de um lado a arquitetura de um dos mais

<sup>1</sup> Celso Lafer, "Octavio Paz, Poética e Política", entrevista no *Jornal da Tarde*, Caderno de Programas e Leituras, 23 de junho de 1984.

<sup>2</sup> Philippe Boudon, *Pessac de Le Corbusier*, Collection Aspects de l'urbanisme, Dunod, Paris 1969.





arquitetos e de outro a mais pura arquitetura de imitação de subúrbio na direção da qual parece ter a maioria das alterações estabelecidas pelos usuários, trouxe como resultado um vasto material para reflexão derivada da hipótese de trabalho inicialmente estabelecida: as motivações, o estudo aprofundado das motivações que levam os habitantes a transformar suas casas, alterando-as num contexto definido e limitado sobre certos elementos que interessam ao arquiteto e sobre a interação entre a concepção arquitetônica e as reações dos usuários.

Um estudo em questão revelou em alguns aspectos um verdadeiro conflito entre as intenções do arquiteto e as reações dos habitantes. Le Corbusier, pouco antes de morrer, falando de Pessac, disse: "Sabe, é sempre a ideia que tem razão, o arquiteto é que está errado". Curiosos, no nosso entender, é esse misto de aceitação da realidade e de ironia que se desprende dessa expressão do mestre.

Quando fez um projeto da cidade indiana de Chandigarh, teve de se defrontar com uma situação desconhecida, menos pelo aspecto de adequação aos princípios e postulados de sua doutrina urbano-arquitetônica e mais pela periferização com que ocupou, no contexto de sua doutrina ou sistema (talvez mais determinístico do que probabilístico, ou, então, sistema com uma característica de fechado do que aberto), o contexto do espaço de um tempo mais humano, não poucas vezes colocou em segundo plano os usos e costumes que se constituíam na riqueza e complexidade da intrincada combinação da natureza com o homem, a adaptação ao espaço natural, seus valores, suas crenças e mitos, então, seu habitat. Assim é que na última teve de se defrontar com o sistema de casta da cidade hindu.

Entendendo constituir uma espécie de buquê social e realizasse um contato fraternal, os conceitos do urbanismo moderno deveriam oferecer todos os recursos para banir a desordem, assim como, no seu entender, a diferenciação hostil e brutal de classes. A teoria do setor<sup>3</sup> foi aplicada, antevista como dispositivo classificatório de funções. Ao pensamento lógico de ordenar o espaço por classificações hierárquicas típicas de uma forma de linguagem do pensamento ocidental foi-lhe oposta uma visão de mundo ou cosmologia própria de um tipo de espaço bem característico das comunidades tradicionais, isto é, formas de vida social, econômica e religiosa bem integradas. Esse tipo de espaço, espaço mítico, é uma resposta do sentimento e da imaginação às necessidades humanas fundamentais. Poderíamos dizer que é o espaço da criança, do selvagem primitivo e, por que não dizer, do todo ser humano que se não lhe possibilitou a facilidade de tornar consciente os graus de diferenciação que se supõe devam existir na vivência das necessidades as mais profundas interagindo com o meio que atuam.

Desmentaríamos, dizendo que todo homem traz den-

tro de si partes ou resquício dessa organicidade não diferenciada. Difere dos espaços concebidos pragmática e cientificamente no sentido que ignora a lógica de exclusão e da contradição. Chandigarh é um todo cujas partes, cada uma, têm sua localização característica, estrutura e função. A parte pode ser essencial para o funcionamento do todo, mas não é o todo em miniatura e em essência. No pensamento mítico, a parte pode simbolizar o todo e ter toda a sua potência.

Durante o processo da construção da cidade, Le Corbusier denunciou as mudanças introduzidas por razões de outra ordem na construção dos setores, mudanças que numa certa medida antecipavam o nível de prática urbana, isto é, os efeitos de uma maneira de viver, mais ou menos, fortemente marcado pelo grupo social. A obra social, coletiva e individual, descobrindo-se como obra, introduz qualidades típicas num espaço indiferenciado, uma topologia, um sentido, uma racionalidade concreta mais alta e mais complexa que a racionalidade abstrata. Mais ou menos ressaltados os aspectos de escala e de lugar, fenômeno semelhante ocorreu no conjunto habitacional de Pedregulho, no Rio de Janeiro. A passagem *ex abrupto* de uma forma de viver em favela para um conjunto habitacional com certo nível de sofisticação. Resultado: o afavelamento do conjunto habitacional. Das considerações acima, *grossa modo*, podemos concluir que os usos e costumes, o lugar (*topos*), a geografia, caracterizadores dos assentamentos decantados no tempo, portanto passado, entraram em colisão com uma doutrina voltada para o atendimento de um progresso esperado e de necessidades coletivas que inclui, enquanto prática de projeto, o futuro a ser construído por muitos. Passado colidindo com o futuro sem a mediação de um tempo presente.

Desnecessário dizer que a postura de Le Corbusier, seu radicalismo, sua paixão tiveram importância histórica na criação e afirmação de uma cultura arquitetônica moderna. Todavia, nesses últimos vinte anos poderíamos dizer que a doutrina arquitetônica-urbanística da chamada escola racionalista encontrou seu ponto ideal de aplicação e, portanto, sua legitimação no seio da classe média, principalmente nos países mais desenvolvidos, contrariando as causas fundamentais que deram origem ao movimento moderno da arquitetura e do urbanismo: "A pressão das massas humanas, já no final do século passado, conseqüência das correntes migratórias que, em função da rápida industrialização que se seguiu após a revolução das técnicas e do conhecimento científico, romperam os antigos limites da cidade e - precedidos pelos especuladores - se estenderam pelos campos de tal modo que se via os agregados urbanos estenderem-se como manchas de azeite, afogando zonas de vegetação, comunicando-se com os agregados vizinhos, transformando o núcleo primitivo na megalópole moderna. Dessa maneira, o novo cliente, poderoso, anônimo dos arquitetos precursores foi a massa enorme dos novos habitantes da cidade, foi a multidão ardente que havia criado as metrópoles. O surgimento da arquitetura moderna se identifica com a pressão e com a consciência do problema urbanístico. A clientela do arquiteto não ficou sendo

somente aquele que quer construir um palácio ou mansão, senão a massa inteira dos cidadãos tomados em toda sua complexidade social e psicológica".

Na atualidade, quase evidenciando o término de um ciclo e a abertura de outro ciclo, vemos o espetacular crescimento das grandes cidades da América Latina, notador dos incrementos de urbanização sem precedentes nos últimos anos. A conseqüência imediata é a ruptura violenta do equilíbrio campo-cidade com conseqüentes reflexos, entre outros fatores, de miríada crescente, assim como a deterioração do ambiente nos cinturões periféricos das cidades. Semelhante aos processos de megalopolização iniciados no final do século XIX, vemos serem recolocadas as mesmas conseqüências do fenômeno de massa, talvez em escala mais dramática, uma vez que o número de habitantes é significativamente maior do que no começo do século.

Da mesma maneira, hoje, questiona-se o papel social do arquiteto. Novamente em oposição a uma clientela concreta, pessoal ou oficial, o cliente poderoso ao fim volta a apresentar seu rosto. Favelas, índices de mortalidade significativo, poluição ambiental, doenças, conseqüências e insuficiências de serviços institucionais, taxa de crescimento da miséria sem precedentes, ruptura dos padrões administrativos no contexto da cidade como gestão, baixo padrão educacional, baixa condição sanitária, sistema de transporte complexo e insuficiente, assim como, finalmente, proliferação descomunal de loteamentos especulativos e construção clandestina de casas de baixíssima qualidade, tudo reduto de defesa a um ambiente hostil e deteriorado. Mais uma vez marginalizada e oprimida, excluída dos benefícios do desenvolvimento a que teria direito, a grande massa e a cidade seu assento, revelando a si próprios enquanto magno problema, revelando a nós, arquitetos, suas exigências, seu habitat, a qualidade do ambiente edificado. Sendo a problemática do ambiente questão relevante, nunca deverá ser tratada em aspectos simplificadoros. Devemos nos esforçar em conduzi-la no âmbito de sua complexa compreensão, preocupados para que não falem ou escapem até mesmo formas de conhecimentos especializados.

A questão do ambiente edificado deverá necessariamente ser precedida pela formulação de uma política com o pressuposto de um amplo trabalho interdisciplinar. É claro que ao arquiteto competirão tarefas das mais importantes, desde o conhecimento dos dados da realidade transformados em programas até as estratégias de implantação de seus projetos, então reconhecidos e compreensíveis pelos usuários aos quais se destinam, elaborados nos possíveis desdobramentos que as novas necessidades históricas e tecnológicas possam oferecer. Certamente essas tarefas do arquiteto pressupõem a implantação imediata de propostas elaboradas com os dados disponíveis, verdadeiras sondagens dessa realidade, objeto de ulterior conhecimento.

Do ponto de vista prático, é preciso reconhecer que em nossas grandes cidades coexistem culturas e subculturas diferentes, senão pelas diferenças autóctones entre os vários segmentos, pelo menos pela diferenciação de carga cultural trazida pelas correntes migratórias. As pessoas, trazendo sua visão de mundo, modo de vida, necessidades sociais e psicológicas, necessidades individuais e de grupo de seu lugar de origem perdem suas identidades ao chegarem à grande cidade. Eis nosso migrante envolvido num clima de anonimidade hostil, sem referências, em situação de promiscuidade, pressão econômica, salários insuficiente (quando há trabalho), seus hábitos rurais incompatíveis com o ritmo e os conflitos resultantes do choque de interesses típicos do pulsar exacerbado da cidade que não quer parar, especulação imobiliária, sistema em ação.

Eis nosso migrante, instintivamente, à procura de segurança, à procura de abrigo. Ei-lo construindo seu

<sup>3</sup> Le Corbusier, *Oeuvre Complète 1946-1952 e Oeuvre Complète 1957-1965*, publicadas por W. Boesiger, Les Éditions d'Architecture, Zurich; Revista *Realidade*, edição especial, maio de 1972.

<sup>4</sup> Bruno Zevi, *Historia de la Arquitectura Moderna*, Emecé Editores S.A., Buenos Aires.



abrigo, com meios de produção próprios, guiados pela sua vontade, por motivações e interesses particulares e próximos, num envolvimento que se caracteriza como arremedo de sua situação de origem, onde a casa, apesar de ser também um arremedo, está mais próxima daquelas condições das sociedades *Folks*, sendo a casa, a construção, um texto que agrupa regras de comportamento e até uma total visão do mundo que pode ser transmitida através das gerações. A riqueza simbólica de origem, agora, se lhe opõe um universo comunicacional indiferente a seus valores, às relações pessoais se lhe opõe a impessoalidade das regras institucionais que ele não entende, ao seu sentido de lugar se lhe oferecem a cidade como um todo espacial de escala inapreensível.

No roteiro dessas oposições, eis nosso migrante totalmente perdido e indeferenciado. Ai então lhe oferecem a única compensação: a cultura da massa chegando de cima para baixo já, então, num homem massificado e atomizado. Nesse contexto, a construção do seu abrigo a solução que encontra é uma penosa adaptação. A colisão dessas culturas contraditórias provoca a ruptura. Ruptura essa que, a par dos conflitos de interesses econômicos exacerbados pela inexistência de uma política social voltada menos pela discriminação ou opção de um determinado segmento e mais pela abrangência que pode ter uma população que deveria englobar a coexistência de culturas e subculturas diferentes, ensejando a conseqüente necessidade de padrões de habitação e assentamento planejados e diversos, tudo leva inexoravelmente à deteriorização do ambiente edificado.

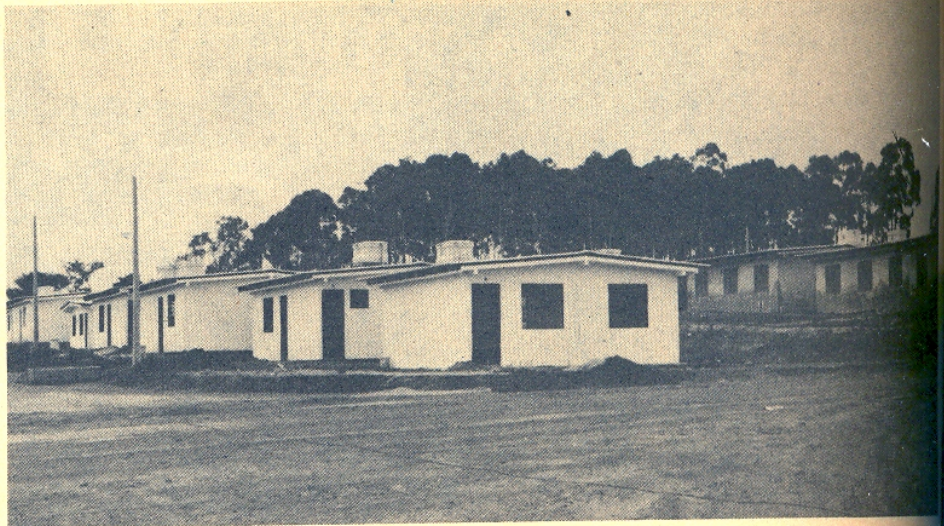
Quatro situações apontadas: Pessac, Chandigarh, conjunto Pedregulho e o assentamento das populações de periferia. Quatro situações caracterizadas nas suas condições particulares, derivadas de um mesmo fenômeno: oposição entre o nível de expectativas do espaço a ser habitado (projeto) e os valores, hábitos, costumes, mitos etc. da realidade dos usuários, enfim choque de valores culturais.

#### Uma proposta

As considerações feitas acima nos dão um quadro alterado relacionado às anteriores prospecções. Alguma coisa semelhante à linha de pesquisa sobre a célula habitacional e os conjuntos habitacionais (*immeuble* - vilas) de Le Corbusier, vertente nítida de prospecção teórica, se perdeu. Cremos ser indispensável reintroduzirmos essa vertente de conhecimento arquitetônico, reciclada em função de condições concretas de história e lugar. Essa nova condição, sob a óptica de um trabalho interdisciplinar, decididamente apoiado em trabalho de pesquisa - a universidade, nesse quadro, deverá ter uma contribuição das mais importantes -, propiciaria a faculdade de criarmos e desenvolvermos métodos e processos num quadro de investigação científica, permitindo a identificação das reais necessidades, fisiológicas e culturais, que levam o ser humano a especializar suas atividades, isto é, ordenar seu território de molde a que a exploração dos recursos disponíveis permita um cada vez melhor ajustamento entre necessidades e atividades - o dado novo que surge é a nova metodologia de abordagem dos futuros fatores programáticos.

Não sendo uma única pessoa, presumível cliente concreto oferecido ao nosso conhecer mais íntimo, a problemática da habitação de população de baixa renda representa a categoria "grande número", caracterizada por um certo nível de incerteza e, portanto, aproximando-se de uma forma de representação de modelo do tipo probabilístico que nos permitirá, preliminarmente, conhecer prováveis eventos cujas frequências ocorram nas mais diferentes situações observáveis. Certamente, de dedução em dedução, um certo número de conseqüências significativas desprender-se-ão de nossos modelos, assim como a comparação desses resultados com as observações.

Não esquecendo que o problema da moradia só poderá ser resolvido em função de um amplo leque de alternativas, percorrendo a maior gama possível de opções como a unidade de aluguel, embriões, edifícios "suporte", apartamentos, casas etc., no bojo de uma política mais profunda sobre a questão habitacional



e a cidade, fica o destaque da nossa pequena contribuição com dados programáticos procedidos da pesquisa<sup>5</sup> que estamos desenvolvendo na Universidade de São Paulo. Esses dados programáticos deverão se constituir em hipóteses de trabalhos futuros, visto denotarem a existência de níveis de exigências passíveis de serem caracterizados, uns, como fatores de permanência e, outros, como fatores de mudança.

Assim, poderemos destacar:

1. Solução habitacional em condições transitórias, equidistante do lote individualizado e do edifício de apartamento. Solução coletiva compacta. Procura da maior densidade demográfica relativa, assim como garantia de acesso individualizado.

As condições acima oferecem uma dupla vantagem: otimização das disponibilidades dos recursos das pessoas envolvidas no custo da implantação e manutenção da infra-estrutura das unidades habitacionais e individualização das unidades, evitando a desconfortável repulsa à idéia do apartamento. As razões dessa repulsa são as mais variadas; falta de quintal para cultivo de verduras, animais domésticos, perigo para crianças brincarem, impossibilidade de aumento da área construída etc.

2. Na medida do possível a solução da habitação, suas variantes, os lotes, assim como o loteamento deverão pertencer a um mesmo processo de projeto. Acreditamos ser difícil a adoção generalizada de solução desse tipo, atualmente, visto que o que predomina é o sistema de loteamento com forte acento na especulação imobiliária. Soluções desse tipo deverão ter possibilidades nos empreendimentos públicos ou privados, pressupondo-se anteriormente uma política fundiária e habitacional que leve em conta, na medida do possível, o reconhecimento da comunidade do projeto a ser implantado.

Enquanto isso não ocorrer, propostas parciais deverão ser estudadas nas modalidades de recuperação e reorientação do sistema do parcelamento fundiário, visando soluções alternativas na qualificação do ambiente construído. Para tanto, a procura, face à realidade existente, deverá levar em conta, pelas tentativas elaboradas, o conhecimento desses fatores (culturais, sociais) que permitam ajudar o usuário a ter o mínimo de identificação própria com o ambiente no qual ele se insere. A forma e o dimensionamento dos lotes variarão em função dos programas e das condições físicas das áreas a eles destinadas.

3. O quintal ou área livre deverá ser planejado rigorosamente com funções, no caso desses tipos de pessoas, isto é, funções práticas (lavagem de roupa, por exemplo), sobrevivência (horta, por exemplo), lazer (relações familiares, crianças, vizinhanças, criação de animais), como também a possibilidade de ampliação das casas. A soma da área do quintal com a área da casa deverá ser rigorosamente a área do lote. É possível, no quadro dessa racionalização, redimensionarmos e darmos nova forma ao lote mínimo com rebatimento conseqüente nas áreas externas, passíveis de uma melhor ordenação e aproveitamento de usos coletivos.

4. Sem ser uma miniaturização, as áreas da habitação devem ficar subordinadas a critérios de projeto que requeiram propostas de espaços sem levar em conta a adequação dos equipamentos e sua utilização correta. Devem ser afastadas as idéias de projetarmos compartimentos de habitação dentro de padrões econômicos de redução de áreas em abstrato. A articulação dos equipamentos, suas posições, dimensões e características de utilização deverão ser os pressupostos, assim como suas relações ergonômicas na procura por condições de economia de áreas, tendo por suporte programa básico de equipamentos para usos de uma família.

Um segundo critério, a título de balizamento, permitirá calibrar a redução eventual excessiva de áreas, adequadas, talvez, às exigências psicossomáticas, satisfadoras de insatisfação e perturbação para o desenvolvimento de certas atividades. Este segundo critério vincula-se a tópicos de política econômica quando fixa, numa certa ordem de exigências, tantos metros quadrados por pessoa.

5. Diferentemente das habitações de classe média e diversas pesquisas e observações denotaram a existência de duas funções básicas nas casas: função preservativa, constituindo-se de dormitórios e banheiros; uma função comum, constituindo-se da articulação já bastante indiferenciada, de sala de estar, cozinha, quintal, alpendres (se houver) e rua. Tendo em vista a presença dessa indiferenciação e do nível de liberdade relativos à fixação de critérios programáticos, é possível, sem violentarmos usos e costumes, incorporar os espaços dos dormitórios a esses outros espaços, no sentido de dotarmos a célula habitacional de condições de flexibilidade, permitindo diversos arranjos em função do atendimento de necessidades surgidas da práxis do uso do espaço familiar.

Com isso, será possível diminuirmos o número de redes, substituindo-as por dispositivos que permitam organizar espaços para as necessidades presentes em diversos períodos das 24 horas. Enfim, dentro de condição transitória, a "superposição de funções" deverá ser encarada como dado estratégico no planejamento do espaço interno da casa.

6. As ruas, sendo basicamente de pedestre, poderão conter dimensões mínimas - dimensões que permitam a entrada de caminhão de lixo ou ambulância. Essas ruas não serão necessariamente de linhas paralelas. Deverão permitir a formação de largos e piazzetas mencionados em função de atividades reconhecidas e capazes de atender a satisfação de necessidades de lazer e serviços. Sendo também o resultado do planejamento das células habitacionais, deverão oferecer aos usuários o reencontro do ser humano com a escala de seu espaço comunitário, com seus marcos de referência, desenho claro e de fácil leitura. ■

<sup>5</sup> Dario Montesano, "Projeto de Habitat de um Aglomerado Urbano", pesquisa em curso na Universidade de São Paulo.

Dario Montesano é arquiteto e professor assistente doutor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.